



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

## INTERPELAÇÃO ESCRITA

No dia 11 de Agosto, em resposta à minha interpelação oral, o Governo admitiu que ainda não chegou a consenso com a empresa concessionária de fornecimento de gás natural sobre o plano de fornecimento a longo prazo, e que não existe qualquer calendarização para a sua concretização. Afirmou ainda que o actual preço do gás natural é quase o dobro do praticado em 2007, e que não vai haver lugar a qualquer alteração de preços pelo facto de se mudar de empresa. Como o preço de custo é mais elevado do que o preço de venda, o Governo entrou em negociações com a Sinosky, com o intuito de estudar soluções de longo prazo, sob a premissa da salvaguarda do interesse público e da garantia do fornecimento de gás.

Não estou satisfeita com esta resposta. O contrato de concessão exclusiva assinado em 2007 tem como objectivo exigir à empresa concessionária a celebração de um contrato de fornecimento a longo prazo, a fim de garantir a segurança, a estabilidade e o preço do gás natural. Mas a empresa concessionária não aproveitou os baixos preços do gás natural praticados naquela altura para celebrar o referido contrato a longo prazo, e entretanto, já se passaram mais de sete anos. A empresa alega o pretexto do preço do gás natural ter duplicado para não celebrar o tal contrato de fornecimento a longo prazo, o que é inaceitável ao nível tanto da razoabilidade como do cumprimento do contrato.

É de salientar que, em 2006, quando o Governo e a empresa concessionária celebraram o contrato de concessão exclusiva, o preço da energia ainda estava estável, e que, em 2008, o preço dos combustíveis diminuiu. Então, porque é que não celebraram o contrato de fornecimento a longo prazo naquela altura? O preço do gás natural já duplicou e o referido



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

contrato ainda não foi celebrado, então, quem é que tem de assumir a responsabilidade? É mais do que evidente! Nem a autoridade de supervisão nem a empresa concessionária podem esquivar-se a essa responsabilidade!

Que se saiba, desde a assinatura do contrato de concessão que o fornecimento de gás natural não tem sido nem suficiente nem estável, contrariamente ao exigido no contrato, e a concessionária não concretizou as promessas constantes do seu caderno de encargos relativamente ao investimento de mais de 10 mil milhões para a construção da estação de recepção de gás natural liquefeito, e até agora, ainda não se conseguiu celebrar o tal acordo a longo prazo para fornecimento de gás natural. O adiamento e cancelamento de projectos resultaram na perda de oportunidades de utilização de combustíveis limpos, o que impossibilita a salvaguarda da estabilidade e do fornecimento de gás natural e afecta a produção de electricidade. Para além disso, ainda impede a construção da rede de gasodutos da futura empresa distribuidora de gás natural e afecta a popularização do gás natural na cidade e nos transportes públicos, prejudicando gravemente o interesse público.

Nestes termos, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. O preço do gás natural já duplicou, e a Sinosky ainda não celebrou o contrato de fornecimento a longo prazo. O Governo vai imputar responsabilidades à empresa? E as autoridades de fiscalização vão assumir a respectiva responsabilidade solidária?
2. As autoridades divulgaram, recentemente, que em Seac Pai Van o metro cúbico de gás natural custa 6,4 patacas, 50% mais barato do que o gás butano (que varia entre 12 e 13 patacas) cujo valor calorífico é equivalente e que constitui uma opção energética limpa e barata. Se o Governo permitir o aumento exponencial do “gate price” do gás natural, este perderá imediatamente a sua competitividade, e se a concessionária



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

não garantir um plano de fornecimento a longo prazo, o preço do gás natural vai continuar a aumentar. De que medidas e políticas dispõe o Governo para resolver esta situação? Quando é que vai tomar uma decisão?

3. Tendo em vista o interesse público, se a empresa continuar a não cumprir o contrato de concessão exclusiva, o Governo deve cancelá-lo e abrir novo concurso público, a fim de assegurar o normal fornecimento de gás natural. Vai fazê-lo?

**A Deputada à Assembleia Legislativa**

**Kwan Tsui Hang**

14 de Agosto de 2014